

ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO COMITÊ INTERSETORIAL DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA REALIZADA EM 18/05 às 10H, VIA PLATAFORMA MICROSOFT TEAMS. PRESENTES: JULIANA QUARENTA (SMDHC/ CPPSR), ELIANA TOSCANO (SMDHC/ CPPSR) ISABEL SOUZA (SMDHC/ CPPSR) ROBSON MENDONÇA; HOSELLI KRAEMER; LUCIANA CARVALHO; SEBASTIÃO NICOMEDES; ALDERON COSTA E NINA LAURINDO.

A pauta da presente reunião consistiu em:

- Continuação da discussão sobre a tipificação do equipamento;
- Discussão sobre o Conselho Gestor do Centro.

A Sra. Juliana (SMDHC) deu início a reunião se apresentando e pedindo para que todos os participantes fizessem o mesmo. Retomou as discussões e encaminhamentos da última reunião e apresentou a proposta de pauta.

Sra. Roseli ressaltou a importância dessa reunião, visto que a segurança da mulher em situação de rua tem se apresentado como um problema crítico e que, o Centro de Defesa em questão, teria como função central a defesa desse recorte.

O Sr. Alderon propôs que o grupo terminasse de ler a planilha de tipificação e depois entrasse na discussão dos encaminhamentos da reunião passada.

A Sra. Juliana retomou a leitura do documento da tipificação, começando pela apresentação da parte de Recursos Humanos.

A Sra. Juliana pontuou a necessidade de se adequar esse documento de tipificação de forma a prever a existência de um Conselho Gestor.

O Sr. Alderon concordou com a Sra. Juliana e destacou, ainda, que o Coordenador do Centro de Defesa teria também a função de coordenar o Conselho Gestor, facilitar reuniões, etc. Além disso, questionou se o Centro de Defesa deveria ser a priori itinerante, ou se deveria ter uma sede. Além disso, retomou um posicionamento seu da última reunião no qual colocou em cheque a adequação da “inclusão produtiva da população em situação de rua” como uma das atribuições do Centro.

A Sra. Juliana defendeu a importância da facilitação da inclusão produtiva e, sobretudo, defesa do direito à geração de renda como uma (dentre várias outras) áreas de interesse a atuação do Centro, na medida em que essas são fortes temáticas de reivindicação da população em situação de rua, sendo importante considerá-las enquanto pautas de direitos humanos. Defender e articular as oportunidades de inclusão produtiva seria, em sua leitura, defender a possibilidade de geração de renda e sustento – o que deve ser visto como direito humano fundamental, em sua opinião. Sobre a questão da itinerância *a priori* do Centro, disse que o orçamento disponível para o equipamento não permite que ele tenha também uma sede, mas que a tipificação pode ter uma redação “mais aberta”, permitindo a implementação de uma sede no futuro, se for o caso.

O Sr. Alderon ressaltou a importância de o documento de tipificação ter uma redação “mais aberta”, deixando espaço para adaptações e transformações necessárias. Sugeriu que a discussão da inclusão produtiva seja melhor conversada mais adiante

A Sra. Juliana prosseguiu com a leitura da parte “Recursos Humanos” do documento de tipificação.

O Sr. Alderon questionou a questão do técnico de direito. Se ele é técnico não pode atuar como advogado e não precisaria ter OAB. Ressaltou a importância de ser feita essa distinção.

O Sr. Robson ressaltou a importância de os funcionários do Centro serem capazes de acolher e encaminhar demandas, independente de sua formação técnica.

A Sra. Juliana disse que irá verificar a necessidade do advogado Centro ter OAB. De fato, ele não advogaria, mas orientaria a população sobre seus direitos. O Sr. Alderon concordou, e pontuou que tem que se ter o cuidado desse advogado não entrar em conflito com a Procuradoria.

A Sra. Juliana expôs que seria importante que o trabalhador com histórico de rua do Centro fosse um técnico que fizesse a articulação com as pessoas em situação de rua do território. Como o Centro não teria uma base, ele deveria ter um técnico que fosse ativamente atrás da população. O Sr. Alderon ressaltou a importância de o técnico em questão ter trajetória, não precisaria necessariamente estar ainda em situação de rua.

A Sra. Eliana (SMDHC) disse que acredita ser importante que o equipamento conte com um técnico em Assistência Social e sugeriu que o técnico com histórico de rua tivesse experiência como redutor de danos.

A Sra. Juliana prosseguiu com a leitura do documento, entrando na parte “Articulação em Rede (parceiros)”.

O Sr. Tião ressaltou a importância do Centro não ser só um espaço para denúncia de violações de direitos, mas que se aproxime da população dos territórios de forma a oferecer escuta qualificada e apoio de forma ampla.

O Sr. Alderon defendeu que as possibilidades de articulação do Centro de Defesa sejam bastante amplas. O equipamento poderia dialogar com outros segmentos para além do nível municipal e poderia, além disso, ter interlocução com órgãos de controle (MP, TCM, etc.) e com o Legislativo.

A Sra. Juliana concordou com as colocações. Ressaltou a importância do Centro realizar articulações com os equipamentos públicos dos diversos territórios, fazendo uma espécie de matriciamento sobre os direitos da população em situação de rua.

A Sra. Juliana deu início a leitura da parte “Monitoramento e Avaliação”.

O Sr. Alderon levantou que seria importante separar o que é avaliação do que é monitoramento. Avaliação como processos pontuais de prestação de conta e monitoramento como acompanhamento constate. Levantou a dificuldade e importância do uso de indicadores qualitativos, para além do número de atividades.

A Sra. Isabel (SMDHC) levantou a importância do Conselho Gestor no processo de avaliação e a necessidade disso ser previsto no documento de tipificação. E também concordou com o alt

Dando continuidade a leitura do documento, a Sra. Juliana entrou nas partes “Formação Continuada dos Profissionais”; “Supervisão Técnica Externa” e “Oficinas”.

A Sra. Juliana, de antemão, sugeriu ampliar a parte das oficinas, contemplando maior número de temas e dando abertura para que esses sejam definidos conforme as demandas de cada território

O Sr. Tião destacou a importância da articulação ampla do Centros com o território, com as organizações de periferias e com universidades, inclusive para pensar em oficinas abrangentes.

O Sr. Alderon ressaltou a importância do equipamento estar articulado com outros centros, órgãos e iniciativas de defesa dos direitos humanos de cada território. Na parte “Formação Continuada do Profissionais” questionou as poucas horas previstas para temas ligados a população em situação de rua, em comparação a outros temas. Sugeriu a revisão dessa parte do documento. Sobre as “Oficinas” pontuou que, em sua opinião, elas deveriam ter como foco a formação sobre os direitos da poprua.

A Sra. Juliana encaminhou o rearranjo das horas da formação continuada e a inclusão da articulação com outros centros de defesa, órgãos defensores de direitos humanos no documento.

Finalizada a leitura da tipificação, deu-se início a discussão sobre o Conselho Gestor

A Sra. Juliana apresentou legislações de modelos de Conselho Gestor (saúde e educação). Destacou a importância de olhar para a legislação, mas que seria importante o grupo se debruçar sobre algumas experiências concretas de conselhos gestores, possivelmente convidando conselheiros de outras áreas. Ressaltou que os modelos de Conselho Gestor apresentados podem ser úteis ao trabalho do grupo, mas que deve-se pensar em um desenho de Conselho adequado às especificidades do Centro e fortemente ligado ao Comitê Poprua.

O Sr. Alderon colocou que é importante decidir se o Conselho Gestor será deliberativo ou consultivo, sendo esclarecer o que isso significa, sobretudo porque o Centro será ligado a uma Secretaria Municipal. Acolheu a sugestão de trazer pessoas com experiência para discutir os conselhos e concordou que esse Conselho deve ser ligado ao Comitê PopRua. Sugeriu, ainda, colocar essa questão sob consulta pública.

O Sr. Tião expressou que gostou da proposta e disse que poderíamos pensar numa construção dessa também para o Cisarte (espaço do Movimento Nacional da População em Situação de Rua).

O Sr. Robson ressaltou a importância de que o Centro atue de fato na defesa dos direitos da população em situação de rua de forma efetiva. Destacou que esse equipamento é essencial e que deve ser implementado o mais rápido possível, pois a poprua sofre “ataques” de todos os lados. Elogiou o andamento das discussões até então.

A Sra. Juliana concordou com o fato de que a gestão do Centro deve, de fato, estar ligada ao Comitê Poprua. Além disso, encaminhou que para a próxima reunião devemos nos debruçar sobre o desenho do conselho gestor e apresentar a tipificação geral finalizada.

A Sra. Roseli ressaltou a importância desse Centro ser implementado o mais rápido possível dada sua importância.

Encaminhamentos:

- 1) A próxima reunião, a ser convocada pela CPPSR/ SMDHC, acontecerá dia 29/05 (sexta-feira) das 10h às 12h;
- 2) A CPPSR/SMDHC deve fazer as alterações acordadas no documento de tipificação do Centro de Defesa;
- 3) A CPPSR/ SMDHC irá trazer, no próximo encontro, uma proposta de estrutura para o Conselho Gestor do equipamento – sugerindo número e composição dos conselheiros, caráter (consultivo ou deliberativo) do Conselho, periodicidade das reuniões, etc.